

ANP e a efetividade da participação cidadã

Decorrente de um modelo econômico ultraliberal, onde ocorre a livre iniciativa privada, o estado através de ações busca privatizar áreas públicas. Nesse contexto ultraliberal o estado busca desafogar as inúmeras dificuldades que tem através de privatizações. Os projetos de privatizações no Brasil se intensificaram durante o governo FHC e este através de privatizações criou inúmeras agências reguladoras, onde esses projetos governamentais buscariam desafogar alguns sistemas que o estado controlava. O presente estudo busca investigar uma agência reguladora em especial, a ANP (Agência Nacional do Petróleo), pelo grande importância que esse produto tem em território nacional. A ANP foi criada através da lei 9.478 e teve como objetivo extinguir o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo, onde o governo brasileiro possibilitou a livre concorrência em relação à exploração e a utilização do petróleo. Onde essa exploração pudesse ser de origem privada. A ANP com isso apesar de ser uma agência regulada pelo governo brasileiro tem grande força privada, pois a ANP regula concessões para a exploração de petróleo em território brasileiro por empresas privadas. O objetivo geral desse trabalho é descobrir se uma agência que foi criada em um contexto ultraliberal, onde tirou a força da exploração estatal, botando em mãos estrangeiras, tem condições de efetivar a participação cidadã e cumprir o principal trabalho do estado que é garantir a qualidade pública dos serviços, satisfação da população e participação da população no processo de administração pública.